

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS¹

Joaquina Barata Teixeira²

Para estabelecer uma relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro e as relações internacionais do Conjunto CFESS/CRESS, há dois vetores a serem percorridos: a) o das relações de nossas organizações com a América Latina e Caribe (uma das Regiões Continentais da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais – FITS) e, b) o das relações do Conjunto CFESS/CRESS com a própria Federação Internacional. Ao fazê-lo, invocamos informações reunidas por Juan Manuel de Latorre, Presidente Regional do continente latino-americano e caribenho no Comitê Executivo da FITS entre 1998 e 2006 e também nossas próprias informações colhidas desde 2002 até 2007, quando participamos de reuniões e eventos do Comitê Mercosul em 06 cidades latino-americanas, da Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (AIETS) e da FITS em 03 cidades européias, 01 escandinava, 01 australiana, 01 estadunidense

Projeto Ético-Político e América Latina e Caribe

Não foi animador o ensaio de formulação do panorama latino-americano, no âmbito do exercício e da formação profissional, elaborado por Juan Manuel de Latorre, apresentado ao Pleno do CFESS em 14/02/2004. Foram apontados:

- os impactos da globalização neoliberal no conjunto da sociedade, com o crescimento exacerbado da superpopulação relativa mais diretamente ligada à ação profissional das (os) assistentes Sociais e, em consequência, dos problemas a ela relacionados. Os reflexos na profissão e em suas organizações, teriam gerado mudanças no perfil profissional, para adequá-lo aos interesses dos grupos dominantes, criando condições para exercícios profissionais que não raro seriam contrários a um projeto ético-político profissional. Pauperização, privatização de serviços e perda de direitos, exclusão/includente, individualização do social seriam as cruas realidades do trabalho profissional. O político coletivo teria perdido o “sentido”; as organizações se sentiriam “distantes” dos interesses dos profissionais e da problemática mesma a que está submetido o trabalhador social entendido como cidadão.
- A ausência, em quase 50% dos países latino-americanos, de marcos e parâmetros legais que protejam o exercício profissional e favoreçam a

¹ Texto publicado na Revista Inscrita n. 10.

² Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA)

Especialista em Administração Universitária pelo IGLU (Instituto de Gestão e Liderança Universitária) (parte teórica em Alagoas (UFAL) e parte prática nos EUA – Estado da Flórida (1994)
Conselheira do CFESS

Membro do Comitê Executivo da IFSW (International Federation of Social Workers)

Co-Coordenadora do Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social

Professora Adjunta IV da UFPA (aposentada)

organização (Regulamentação Profissional, Código de Ética, Currículo Mínimo etc.). Além disso, em alguns países nos quais existem regulamentações, estas só são questionadas por setores críticos que as percebem como instrumentos a serviço da reprodução da estrutura de poder dominante, alheios ao marco axiológico identificado como inerente à profissão, ou seja, a defesa da liberdade, a primazia dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, a democracia, o posicionamento a favor da equidade, da justiça, da participação social e a afirmação da política pública como responsabilidade estatal, como direito e não como serviço privatizado.

- A carência de um “currículo mínimo” para a formação dos trabalhadores sociais, o qual apresenta uma grande diversidade de enfoques, com o aparente predomínio na região de currículos defasados da análise crítica e totalizadora da questão social.
- Com poucas exceções, fragilidade e dispersão das organizações profissionais, com baixo nível de filiados, alta burocracia e em conseqüência, problemas de representatividade, escassa comunicação, alheias a uma visão global, integral e prospectiva quanto à sua articulação com as lutas da classe trabalhadora e setores pauperizados. Incipientes relações com o mundo acadêmico, desconexão com outras organizações de base e com o trabalho político coletivo orientado à busca de outro tipo de sociedade. Debilidades na capacidade de gestão e envolvimento em um trabalho que prioriza o tema das relações humanas, com desconhecimento de uma ação responsável sobre as relações sociais.
- Tecnicismo, subalternidade e assistencialismo, vigentes na intervenção profissional, alheia a processos de desenvolvimento sustentável. O excesso de filantropização das ações profissionais e a localização predominante em atividades de prestação direta de serviços, sem reconhecimento na instância da planificação e formulação de política pública, dão conta da legitimidade profissional que tem a profissão para o projeto dominante, assim como da debilidade na formação teórico-política crítica.
- Vinculação de muitas entidades profissionais ao livre jogo do mercado, não com opções alternativas, mas veiculando a política neoliberal, em um processo claro de terceirização a serviço do modelo dominante.
- Ausência de intecomunicação entre os países da região, o que não facilita o intercâmbio bibliográfico, de experiências, de avanços, conquistas, de orientações que possam fortalecer a ação organizativa em benefício não só dos segmentos com os quais se trabalha, se não também da profissão em geral.

Como se vê, os 25 anos de ditadura militar e uma década e meia de neoliberalismo, promoveram estragos na América Latina e uma forte inflexão no movimento que era ascendente (e foi interrompido), de ruptura do Serviço Social latino-americano com o pensamento herdado de vertentes conservadoras das ciências sociais. Os anos de redemocratização da década de 80 não foram portanto homogeneamente fortes, nem suficientes, para o resgate do protagonismo nos países de língua espanhola. O Brasil foi uma exceção. Não

obstante o regime de arbítrio e as investidas neoliberais, retoma, ainda no fim da década de 70 e início de 80, seu crescimento e avanço no marco conceitual e categorial, na formulação de diretrizes curriculares identificadas com uma formação crítica, no seu reconhecimento como um dinâmico campo de pesquisa e produção acadêmica, na consolidação de marcos legais e institucionais, na assunção a níveis de gestão e formulação de políticas públicas e, além dessa progressiva caminhada, na explicitação de seu compromisso com um projeto ético-político profissional que promove a crítica radical à sociedade capitalista.

Para Juan Manuel, não obstante o quadro extremamente adverso já apontado, há a indicação de elementos que abrem possibilidades a uma arrancada no rumo de um horizonte ético-político superior, a saber:

- A defesa das Políticas Públicas que, por princípio, envolve a profissão, independente do sentido que a elas se confere. E essa defesa seria politizadora para os (as) assistentes sociais..
- A relação direta que, em sua prática, estabelecem os profissionais com os setores populares, o que lhes possibilita uma sensibilização às suas causas.
- A experiência e tendência de realização de eventos nacionais e internacionais que promovem o conhecimento, difundem a produção própria, promovem o debate crítico.
- A existência mesma das organizações que, apesar de seus problemas, dificuldades e debilidades, buscam a formação continuada, a regulamentação e mobilização pró-ativa - em alguns casos, contra a globalização neoliberal.
- O acúmulo histórico do Serviço Social crítico no continente e a existência de alguns projetos editoriais na organização, mediante os quais se divulga a produção própria ou de profissionais e disciplinas afins.
- As possibilidades de conexão virtual.
- A presença na FITS e a atitude receptiva desta organização à voz do trabalho social latino-americano.
- A investigação em Serviço Social.

Juan Manuel é claro, ao apontar caminhos para uma ação promissora e indica claramente a necessidade de *difundir entre as associações os avanços organizativos e político-associativos do “projeto ético-político brasileiro”, da organização Mercosul, de diferentes ações pro-ativas do tipo alternativo desenvolvidas em distintos países, de incursões no plano do desenho e avaliação de políticas públicas, de participação em ações expressivas e coletivas relacionadas com as possibilidades de “mundos melhores”, de regulamentações profissionais, códigos de ética etc..*

O Brasil presentemente coordena o Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço social. Esta entidade, ora integrada por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, com possibilidade de ingresso do Chile, está consciente da tarefa que lhe cabe e de suas responsabilidades na articulação latino-americana (juntamente com a ALAEITS), na perspectiva do resgate do

protagonismo dos profissionais latino-americanos, os quais vivenciaram, na década de 60 e 70, a virada reconceituacional no Serviço Social continental e que podem, sim, a partir da consciência da subalternidade do continente na divisão internacional do trabalho, das nefastas conseqüências das relações sociais de um capitalismo maduro e decadente sobre os povos latino-americanos, instrumentalizar-se para um Serviço Social comprometido com o avanço dos direitos sociais e com transformações societárias na direção de outro mundo possível.

Projeto Ético-político e demais regiões continentais da FITS

A gênese da FITS como entidade internacional do Serviço Social fundou-se no reconhecimento, por parte inicialmente dos sócios europeus, e posteriormente de outras regiões continentais (asiáticos, africanos, americanos do norte, americanos do sul), de que princípios, objetivos e metas profissionais, no campo da defesa dos direitos humanos e da luta dos oprimidos, transcendem fronteiras e nacionalidades. e que é importante dar uma voz global à profissão.

Foi possível perceber, nestes dois anos e meio de convívio internacional, alguns pontos que são globalmente comuns à profissão, apesar do largo e extensivo espectro de diversidades culturais, econômicas, políticas, raciais e étnicas, o que ensejou Lea Braga (ex- Presidente do CFESS) exclamar: “Os assistentes sociais são iguais em toda a parte”. Esses pontos comuns parecem ser:

- a) A inserção cada vez mais visível e cada vez mais numerosa, do trabalho do assistente social na questão social e no âmbito de outras relações de opressão que se combinam com as contradições da relação capital x trabalho (lutas de gênero, etnia, raça, gerações, migração, orientação e expressão sexual etc.);
- b) A tendência dos profissionais de avançarem na consciência de que os direitos sociais, pelos quais lutam os movimentos sociais, não serão conquistados simplesmente com a reforma moral da sociedade, mas com profundas transformações econômicas, políticas e sociais;
- c) A busca de patamares superiores do exercício e da formação profissional, do ponto de vista técnico, ético e político.

O Serviço social é uma profissão em contínuo crescimento no mundo, com profissionais inquietos e combativos, embora nem sempre conscientes da direção estratégica, nem sempre balizados por uma teoria crítica. O Serviço Social europeu, neste início de milênio, por exemplo, parece identificar-se (embora não homogeneamente) com algumas formulações pós-modernas, que na América Latina são recusadas e entendidas no bojo do suporte ídeo-político neoliberal. No evento da AIETS em Santiago do Chile, ocorrido em 2006, algumas das mesas evidenciaram essa linha de análise e produção acadêmica, a exemplo a apresentada por Adele Cortina, assistente social espanhola, para quem *o protagonismo não se exerce só na vida política, mas também nas associações cívicas, a partir das **empresas**, a partir da sociedade civil*, porque o tripé que

sustenta uma sociedade civilizada seria, segundo ela, um “*estado democrático, uma economia ética e uma cidadania ativa*”; Pergunta-se: É possível uma economia ética no capitalismo, onde a exploração e a acumulação concentrada da riqueza, embora legais, são em si amorais? Até onde já foi a responsabilidade social das empresas na América Latina? A alguns programinhos assistenciais e ambientais de repercussão estritamente local e que não compensam os prejuízos sociais e ambientais que provocam. Fundamentada em Habermas, propugna Adele a necessidade de se *contar com a sociedade civil para qualquer projeto de transformação, não se devendo mais entendê-la como sociedade burguesa, já que nela são possíveis perspectivas universais*. Pergunta-se mais uma vez: Não há mais classes nem luta de classes?

Projeto Ético-político: referência permanente no exercício profissional, na luta social e nas Organizações políticas da categoria no Brasil, na América latina e no mundo.

Para as (os) assistentes sociais brasileiros (as) a profissão ancora-se, sim, em um Projeto ético-político profissional. O fundamento da profissão em princípios e valores ético-políticos significa a busca de uma identidade com a qual possa manter coerência, que forme o caráter coletivo da profissão, que lhe dê uma visão de mundo, que sirva de parâmetro, de caminho, que permita aos profissionais o enfrentamento consciente das violentações da sociedade capitalista. Trata-se de uma busca crítica de uma reflexão de princípios em um horizonte de outra sociedade projetada e aspirada;

Como propunham os gregos, a formação de indivíduos para a felicidade, para a vida justa e livre, só era possível como vida ética e política na polis. “Hoje a polis é o mundo (OLDESSMANN: 2203), daí que há que aspirar-se uma busca global na profissão por uma nova sociedade..

A reflexão ético-política tem que ser permanentemente alimentada e enriquecida. Devemos sempre formular princípios e utopias, redesenha-los a cada momento e movimento histórico de transformação social. Essa busca é também uma luta para revelar o que foi socialmente construído como verdade, mas que não corresponde à universalidade perseguida e só interessa a alguns (elites dominantes). Revelar essas falsas verdades e revelar o seu antagonismo a princípios é também um embate ético-político (IBID).

No campo do Serviço Social, podemos compreender um projeto ético-político como uma ação a favor dos direitos humanos e sociais e em busca de uma nova forma e conteúdo econômico-político para a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry *A Crise da Crise do Marxismo (introdução a um debate contemporâneo)*. São Paulo: Brasiliense, 1985

OLDESSSMANN, D. Assessor alemão da FASE. Conferência intitulada *Ética* (proferida em Belém. 2203)

EVANGELISTA, João E. *Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. S. Paulo: Cortez Editora, 1992

MARX, Karl *A Ideologia Alemã* (Feuerbach). S. Paulo: Grijalbo, 1977

O Capital (Crítica da Economia Política). Livro 2 Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d

LATORRE, J. M. *Proposta do vice-presidente da FITS para a América Latina e Caribe* (elaborada em outubro de 2002 e atualizada em abril de 2003)

NOVAES, Adauto *Cenários*. In: Bignotto, N. et alii. *Ética*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992;

ROUSSEAU, J. J. *O Contrato Social*. In: Os Pensadores. Abril Cultural, 1978

SPINOZA, B. *Ética (demonstrada à maneira dos Geometras)*. São Paulo: Editora Marin Claret, 2002

ZAIDAN FILHO, Michel *A Crise da Razão Histórica*, Campinas: Papirus, 1989